Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

OBITUÁRIO

Morre Mino Carta, um ícone da democracia

O jornalista, de 91 anos, fundador de várias revistas, ficou internado por duas semanas com problemas de saúde

» VICTOR CORREIA

Aos 91 anos, morreu ontem o jornalista Mino Carta, nascido Demétrio, um dos mais influentes do jornalismo brasileiro, fundador da *Veja*, *Istoé*, *Quatro Rodas* e *Carta Capital*. Ele estava internado há duas semanas na Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do Hospital Sírio-Libanês em São Paulo, enfrentando uma série de problemas de saúde. A morte foi confirmada pela *Carta Capital* e gerou comoção no mundo político. Para o presidente da República e aliados, o país perde um símbolo da defesa da democracia e da luta contra a ditadura e o autoritarismo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, amigo de Mino há cinco décadas, cancelou compromissos de última hora e embarcou para a capital paulista para participar do funeral, realizado no Cemitério São Paulo. Nas redes sociais, Lula lamentou a perda do jornalista, que conheceu quando ainda atuava no campo sindical, e lembrou: "Eu, como liderança política, ele, como um jornalista que, sem abdicar de sua independência, soube registrar as mudanças do Brasil. Vivemos juntos a redemocratização, as Diretas Já, as eleições presidenciais e as grandes transformações sociais das últimas décadas".

Em seguida, o presidente ressalta a importância do jornalista na luta pela democracia. "(Ele) formou gerações de profissionais e, sobretudo, mostrou que a imprensa livre e a democracia andam de mãos dadas. Em meio ao autoritarismo do regime militar, as publicações que dirigia denunciavam o abuso dos poderosos e traziam a voz daqueles que clamavam pela liberdade", destacou. "Se hoje vivemos em uma democracia sólida, se hoje nossas instituições conseguem vencer as ameaças autoritárias, muito disso se deve ao trabalho deste verdadeiro humanista, das publicações que dirigiu e dos profissionais que ele formou."

Auxiliares de Lula também manifestaram pesar pela morte do jornalista. "O Brasil perdeu hoje um de seus maiores jornalistas. Mino Carta dedicou toda sua vida à criação e ao desenvolvimento de publicações que fizeram história na imprensa brasileira, dando voz à defesa dos valores democráticos", escreveu nas redes sociais o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

O o ministro da Casa Civil, Rui Costa, também não poupou elogios a Mino Carta. "Deixa como herança um legado de coragem, compromisso com a verdade e defesa incansável da democracia. Que descanse em paz", disse. "Desafiou o poder com ousadia e honestidade, transformando o jornalismo brasileiro ao valorizar a verdade factual acima de tudo", afirmou, por sua vez, o Advogado-Geral da União (AGU), Jorge Messias.

Ricardo Stuckert

Amigos há cinco décadas, Lula e Mino se conheceram em meio aos atos dos movimentos sindicais

> **Mostrou que a imprensa livre e a democracia andam de mãos dadas"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

Ítalo-brasileiro

Italiano de Gênova, Mino fez parte da terceira geração de jornalistas da família: o avô, Luigi Becherucci, foi diretor do jornal Caffaro até perder o cargo pela perseguição de fascistas na Itália. Já o pai, Giannino, foi preso em 1944 por ser opositor ao regime de Benito Mussolini. Mudou-se para o Brasil após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, Mino chegou a cursar direito, mas deixou o curso e voltou para a Itália, onde começou a carreira no jornalismo, inclusive como correspondente dos jornais brasileiros *Diário de Notícias* e *Mundo Ilustrado*.

Na ditadura militar, ele foi um dos principais críticos, denunciava os casos de tortura praticados pelos militares. Foi o primeiro a publicar uma entrevista com o então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva.

MEIO AMBIENTE

Menor taxa de queimadas desde 1998

» RAFAELA BOMFIM*

Em 27 anos, o Brasil registrou, em agosto de 2025, o menor número de queimadas desde o início do monitoramento do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 1998. Foram 17.943 focos de calor, contra uma média histórica de 47.348 para o mês, queda de 62% em relação à média de 16%, recorde anterior, de 2013 — quando houve 21.410 focos. Pela primeira vez, o país ficou abaixo da marca de 20 mil queimadas em agosto, período que tradicionalmente concentra incêndios devido à seca na Amazônia, no Cerrado e no Centro-Oeste.

"Em 2024 tivemos clima mais severo e maior pressão de desmatamento, o que elevou os incêndios. Já em 2025 houve chuvas mais regulares no início da seca, fortalecimento das políticas públicas e efeito social pós-trauma, que levou comunidades e produtores a adotarem maior cautela. Essa soma de fatores explica a queda histórica deste ano", afirmou o engenheiro florestal e especialista em mercado de carbono Daniel Caiche.

No acumulado entre janeiro e agosto, o Inpe contabilizou 47.531 queimadas em todo o país. O Cerrado concentrou 47,9% do total, o equivalente a quase metade dos registros. A Amazônia respondeu por 28,3% das ocorrências e o Pantanal teve apenas 173 focos (0,4%). "O Cerrado historicamente apresenta maior incidência de queimadas por duas razões principais: trata-se de um bioma de transição, onde atividades agropecuárias estão mais presentes, e sua vegetação savânica acumula material combustível na estação seca. Já o Pantanal, após os episódios extremos de 2020 e 2024, passou a receber monitoramento reforçado, criação de brigadas locais e maior mobilização social, o que explica os índices mínimos em 2025", ressaltou Caixe.

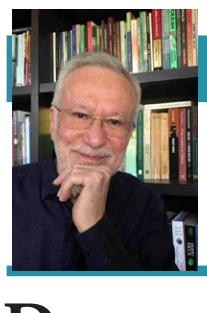
O Mato Grosso lidera os dados com 14,5% das queimadas registradas em 2025, depois Maranhão (12,6%), Tocantins (11,7%), Bahia (8,6%) e Pará (7,1%). Apesar da queda em agosto, especialistas apontam setembro como mês de riscos. "É o auge da estação seca em grande parte do país. A vegetação está mais inflamável, a umidade do ar cai e as práticas agropecuárias intensificam o uso do fogo", alertou o engenheiro.

Para Caiche, a redução é resultado dos efeitos das ações públicas, como esclarecimentos e brigadas treinadas para resposta rápida.

***Estagiária sob supervisão de Renata Giraldi**

Marcelo Camargo/Agencia Brasil

Políticas públicas ajudaram na redução dos incêndios no país



ALEXANDRE GARCIA

UM GESTO CONSIDERADO GRANDIOSO SERIA O DE O EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO ANUNCIAR QUE, PARA PACIFICAR TUDO, ELE SE COMPROMETE A NÃO SER CANDIDATO, O QUE CHEGOU A SINALIZAR COMO POSSIBILIDADE. PARA ALGUNS, O EX-OCUPANTE DO PLANALTO ESTÁ CONDENADO, RESTA DISPUTAR O LEGADO

Dono da bola

No último dia de agosto fez nove anos que o Senado impediu Dilma de continuar presidente, mas não a impediu pelos oito anos seguintes de ocupar cargo público, contrariando a Constituição. A maioria dos senadores, num julgamento conduzido pelo presidente do Supremo, descumpriu a Constituição na cara de todo mundo e nada aconteceu. Não houve escândalo, protesto, crítica. O país parece alienado, omisso, embrutecido ou, como tenho insistido, masoquista, porque parece gostar de sofrer. Aconteceu de novo há seis anos, quando Toffoli criou o "Inquérito do Fim do Mundo", sem Ministério Público contrariando a Constituição e nomeando, sem sorteio, o relator, Moraes. O que veio depois foi arrastado para o Supremo, suprimindo a primeira instância. Dentro do inquérito, o Supremo exerceu seu ativismo contra o bolsonarismo. Barroso já explicou que o Supremo não é mais um departamento da Justiça, mas um tribunal político. Ele próprio, mesmo sendo ministro da Suprema corte, proclamou, em reunião da UNE, "nós vencemos o bolsonarismo". Na véspera do julgamento de Bolsonaro, antecipou a sentença: em breve nós vamos empurrar o extremismo para a margem da história". Tudo às claras e sem causar escândalo. Em país sério, com uma declaração assim do presidente do Tribunal, ou sai o presidente ou anula-se o processo. No outro lado ideológico, Lula teve a primeira instância e recursos na segunda, terceira e última. Bolsonaro e os do 8 de janeiro foram direto para a instância derradeira, suprimindo-se a exigida ampla defesa. E a nação? Passiva, apagada.

Até as pedras portuguesas que calçam a Praça dos Três Poderes sabem que o Supremo não é o juiz natural da gente presa ardilosamente depois do 8 de janeiro; que não há o devido processo legal quando não há individualização do processo nem amplo direito de defesa; que no Supremo ficaram privadas do direito ao recurso; que boa parte dos juízes detestam o réu principal; que tudo está mais para vingança do que por justiça; que o objetivo é eliminar Bolsonaro e os bolsonaristas. Pelas entrevistas de alguns dos Supremo, inclusive do presidente, já se sabe o resultado há muito tempo: Bolsonaro será condenado. Segundo divulgado por alguns veículos de imprensa, está até escolhido o presídio da Papuda para a execução da pena. As pedras da praça foram ouvidas na Europa e Estados Unidos, mas não no Congresso.

O verdadeiro tribunal político numa democracia é o Congresso dos representantes do povo. Mas nada foi feito para recuperar a Constituição e o devido processo legal. Nada que fosse efetivo. Aí, entra Trump, porque está em jogo a democracia no continente americano. Ameaça punir com a Magnitsky os que seguirem o relator Moraes, já punido. Dizem que o mais preocupado é o presidente Barroso, pelos laços afetivos e materiais que tem com os Estados Unidos. Está lançado um jogo de perde-perde que desafia o Supremo, o Executivo e a nação. A solução poderia ser encontrada em alguma ilha de grandeza num oceano de pequenez intelectual, salgado por imaturidade.

No Congresso, são poucas as mentes brilhantes, não-oportunistas; não são exigidas qualidades de estadista aos que se elegem presidentes das casas. Políticos do lado de Bolsonaro já o consideram condenado e estão de olho no legado. Seria inteligente Lula anunciar um gesto de grandeza de indultar Bolsonaro, alegando que não o teme em eleição. Gesto do mesmo tamanho seria Bolsonaro anunciar que, para pacificar tudo, se compromete a não ser candidato — ele até já comentou isso.

Mas num país alienado e masoquista, parece que é preferível ficar na arquibancada e esperar que Trump entre em campo para decidir um jogo que não é dele, embora, no fundo, ele seja o dono da bola.